

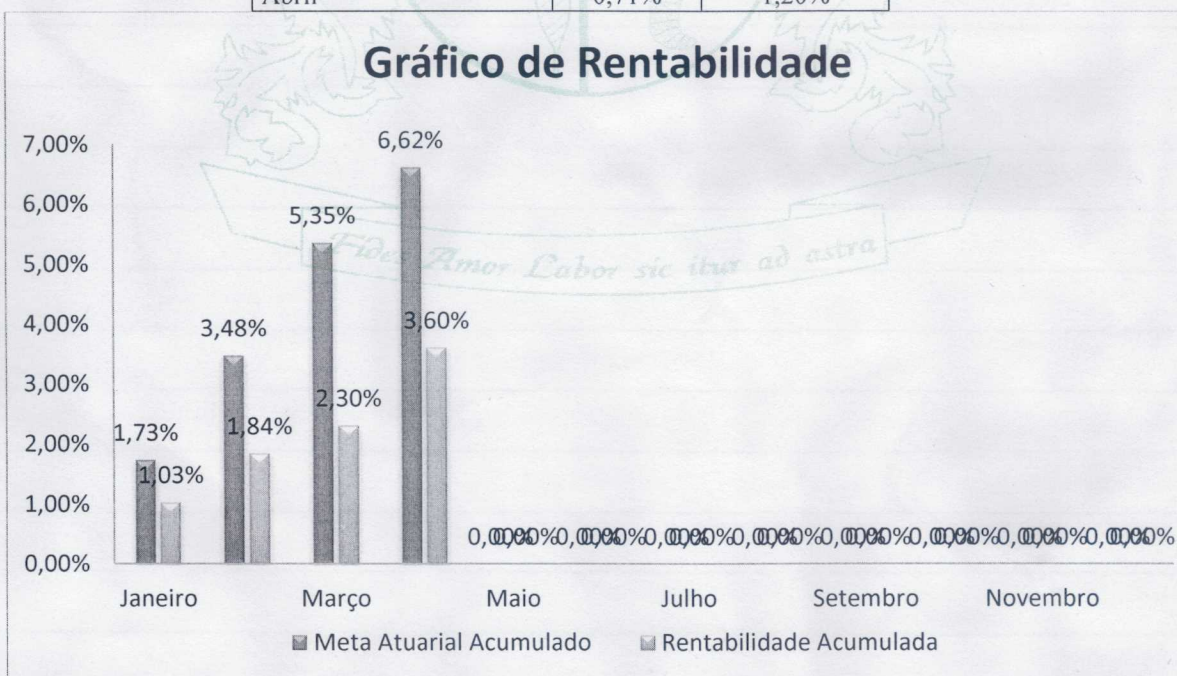


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARAOPÉBA - IPREV PBA

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paraopeba – IPREV-PBA, realizada no dia 13 de maio de 2015, às 17:00 horas, na sede do Instituto, sito à Rua Lamindo Figueiredo, 71, Centro, Paraopeba, onde estiveram presentes membros da Comissão de Investimentos, Sra. Rosângela Ferreira da Costa – Presidente, Sr. Jean Marcell de Freitas Santos – Secretário, Sra. Wilma Sebastiana Rodrigues – Membro. A Presidente do Comitê de Investimentos – Sra. Rosângela, abriu a reunião explanando sobre o cenário econômico. O Banco Central elevou a taxa básica de juros, a Selic, em 0,50 ponto percentual no dia, 29/04, para 13,25% ao ano. A decisão já era esperada pelo mercado financeiro e está em sintonia com nossas projeções para estes primeiros meses de 2015. O aumento foi decidido em meio à alta da inflação, que bateu em 8,13% no acumulado em 12 meses até março, apesar do ritmo já enfraquecido da economia. Este aumento de juro tem o objetivo de combater a inflação, pois torna o crédito mais caro com freio sobre o consumo. Na visão do Banco Central, os efeitos dos reajustes dos preços administrados ficarão circunscritos ao primeiro trimestre de 2015 e a inflação deve convergir para o centro da meta de 4,5% no fim de 2016. Neste sentido, importante manter os recursos diversificados nos fundos referenciados DI (atrelados ao CDI), mesclado com alocações em produtos da família IMA-B.

META ATUARIAL (IPCA+6% a.a)		
Competência	IPCA	MA
Janeiro	1,24%	1,73%
Fevereiro	1,22%	1,71%
Março	1,32%	1,81%
Abril	0,71%	1,20%

Gráfico de Rentabilidade





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARAÓPEBA - IPREV PBA

Apesar do cenário, o mês de abril apresentou bons rendimentos para os fundos de renda fixa, embora ainda distantes da meta atuarial acumulada neste início de ano. Como a inflação disparou nestes primeiros meses do ano, com reajustes de tarifas públicas que estavam represadas, a meta atuarial refletiu este aumento do IPCA e INPC.

Enquadramento	Aplicado %	Limite %
Artigo 7, inciso I, alínea B	42,05%	100%
Artigo 7, inciso III	23,12%	80%
Artigo 7, inciso IV	27,92%	30%
Artigo 8, inciso IV	4,56%	5%
Artigo 8, inciso VI	2,35%	5%
TOTAL	100,00%	

Percentual de Rendimentos /Mês	
Fundos de Aplicação	Abril
BB PREVID RF TP VIII FI	0,8307%
BB RPPS RF FLUXO	0,8927%
BB PREVID RF IMA B TP FI	2,4711%
BB PREVID RF PERFIL FIC FI	0,9722%
BB PREVID RF IRF-M1	0,8597%
BB PREVID MULTIMERCADO	0,9652%
ITAU INST RF INFLAÇÃO 5 FIC	0,4300%
BRA1 FIRF CRED PRIVADO	0,7100%
BRADERCO FI RENDA FIXA IMA GERAL	1,6800%
CAIXA FI BRASIL IRF-M TP RF LP	1,0668%
CAIXA FI BRASIL IRF M1+ TP RF LP	1,1794%
CAIXA FI BRASIL IMA B5 TP RF LP	0,4392%
CAIXA FI BRASIL IMA GERAL TP RF LP	1,5211%
CAIXA FI BRASIL IMA B5+ TP RF LP	3,5638%
CAIXA RIO BRAVO FUNDO FII (PATR)	2,0200%

B usR

Estamos "vigilantes" na avaliação dos impactos do cenário econômico sobre os investimentos dos RPPS e caso ocorra qualquer alteração nas condições e prognósticos de mercado, atuaremos prontamente no eventual redirecionamento das aplicações financeiras. A Sra. Presidente informou sobre a Instrução Normativa CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, publicada no DOU em 18/12/2014, que acrescentou o art. 9º-C na Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, que passou a prever que os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados investidores profissionais ou investidores qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social – MPS. A referida instrução entrará em vigor em 1º de julho de 2015 e prevê em seu art. 14 que:

RUA LAMINDO FIGUEIREDO, 71 - CENTRO - PARAÓPEBA - MG - CEP 35.774-000
email: iprevpba@paraopeba.mg.gov.br e iprevpba@hotmail.com - FONE (31) 3714-3519



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARAÓPEBA - IPREV PBA

“É permitida a permanência e a realização de novas aplicações, em FII destinado exclusivamente a investidores qualificados, de cotistas que não se enquadrem nos requisitos previstos em norma específica, desde que tais cotistas tenham ingressado em concordância com os critérios de admissão anteriormente vigentes.”

O MPS está em fase dos estudos para regulamentação das condições que serão exigidas para o reconhecimento dos RPPS como investidores profissionais ou investidores qualificados. Dentro desses estudos, está sendo proposta a criação do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão – Pró-Gestão/RPPS, uma certificação por níveis de aderência para definir/comprovar o grau de implantação do programa, de adesão facultativa, que terá como principal objetivo incentivar os RPPS adotarem melhores práticas da gestão previdenciária, especificamente nas ações de Controle Interno, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, proporcionando maior controle nas operações de ativos e passivos e transparência na gestão dos RPPS. Foi constituído Grupo de Trabalho que conta com técnicos do MPS e participação de representantes de unidades gestoras de RPPS para definição dos critérios de verificação e parâmetros de credenciamento das certificadoras. Esse projeto, ainda em discussão, está sendo acompanhado pelo Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV. A Presidente, ainda, ponderou sobre a possibilidade de criação de um fundo da despesa administrativa, haja vista que houve um saldo de 76 mil, conforme planilha, do exercício de 2014. A proposta visa creditar o valor total estimado para despesa administrativa 2015. E com resgates mensais para pagamento da mesma no exercício para 2015 foi estimado 318 mil. A vantagem é que haverá rendimento no fundo ao longo do ano e o acumulado poderá servir para compra da sede, por exemplo. Há de se observar que esse valor deverá ser resgatado de outro fundo. A proposta é retirar do fundo BB Perfil. Este fundo será recomposto mensalmente com os pagamentos patronais e de contribuição que restarem depois de compensados no fluxo. Nada mais havendo a tratar, a presidente do Comitê de Investimentos – Sra. Rosângela Ferreira da Costa, agradeceu a presença de todos dando por encerrada a reunião. E estando todos de comum acordo após lida vai assinada por mim, Jean Marcell de Freitas Santos, escrevente, e por todos presentes. Paraopeba/MG, 13 de maio de 2015.

Rosângela Ferreira da Costa
Wilmara Sebastiana Rodrigues
Jean Marcell de Freitas Santos